

humanitas

Vol. LVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LVI • MMIV



Segue-se a transcrição do texto latino e a sua tradução: propõe-se a autora (v. p. X) apresentar uma versão tanto quanto possível literal, baseada na edição de Mommsen (Berlín, Weidmannos, 1890), transpondo a terminologia jurídica latina de forma a torná-la acessível mesmo aos não especialistas.

O índice de palavras, que abarca todos os termos do texto latino com as concordâncias de vocabulário jurídico, tem objectivos didácticos e científicos: como se explica na nota introdutória a esta parte (p. XXXI), pretende-se ajudar os estudantes de latim a compreenderem melhor a estrutura desta língua (sobretudo com indicações relativas à flexão nominal) e possibilitar aos interessados em matérias jurídicas o aprofundamento do significado dos termos usados.

No final, é apresentada uma bibliografia que inclui as edições e tradução usadas; edições de fontes jurídicas (*Codex Iustinianus*, *Digesta Iustiniani*, *Institutiones* de Gaio, *Regras de Ulpiano*), histórias e manuais de direito romano e 18 estudos seleccionados.

E de saudar a oportunidade da chegada de uma obra como esta ao Instituto de Estudos Clássicos da FLUC numa altura em que está em vias de abrir a disciplina de Latim para Ciências Jurídicas.

José Luís Lopes Brandão

CAMPBELL, Gordon: *The Oxford Dictionary of the Renaissance* (Oxford, The Oxford University Press, 2003). XLVI, 862 p. : ili. ; 26 em. ISBN 0198601751.

Nos últimos anos temos assistido a uma crescente valorização do saber transversal e interdisciplinar. Para isso tornou-se necessário criar ferramentas de investigação que fossem ao mesmo tempo propostas de sistematização e que permitissem criar os alicerces para novos saberes. Assim vão nascendo os chamados dicionários temáticos.

The Oxford Dictionary of the Renaissance nasce numa área particularmente carecida de instrumentos de trabalho orientados simultaneamente para a sistematização e a transversalidade, sendo ao mesmo tempo uma área em que a interdisciplinaridade é também extremamente pertinente.

O autor desta importante obra é Gordon Campbell, professor de Literatura do Renascimento na Universidade de Leicester. Dada a interdisciplinaridade da obra, Gordon Campbell rodeou-se de uma vasta equipa de consultores gerais e especiais. Os primeiros são George Holmes, Brian Vickers e John Woodhouse. Entre os consultores especiais encontram-se Michael J. B. Allen, Mario di Cesare e John Monfasani, para áreas como o Humanismo, a arte italiana, a literatura fran-

cesa, a tradição clássica, a música, as ciências matemáticas, a arte e história da França, ou a história italiana, a medicina, a história da Alemanha e a história da Reforma e Contra-Reforma, ou os Países Baixos, a periferia da Europa, e muitos outros temas...

O livro pretende descrever a história cultural do Renascimento, num tempo em que as fronteiras políticas já haviam deixado de ser fronteiras culturais. O seu centro geográfico corresponde aqueles países que foram mais profundamente tocados pelo fenómeno de renovação do conhecimento dos clássicos, ou seja, corresponde a todas as modernas nações europeias, incluindo a Europa oriental e central. Os territórios árabes, célticos e otomanos são também considerados, na medida em que mantiveram relações políticas e culturais com os restantes países, numa noção de cultura que inclui saberes como a teologia, o direito, a medicina, as ciências, ou mesmo elementos de cultura popular, bem como outras expressões mais elevadas da arte, como a arquitectura, a literatura e a música.

O arco temporal considerado vai de 1415 até 1618, mas em certos casos os limites cronológicos foram alterados. No caso de Itália, por exemplo, os limites estendem-se desde o antigo 'trecento' — o que permite considerar figuras fundadoras como Dante e Giotto. No caso de Espanha e de Inglaterra, por sua vez, os limites prolongam-se até meados do séc. XVII, uma vez que a morte de Lope de Vega costuma ser considerada o fim do *Siglo de Oro*, e o encerramento dos teatros em Inglaterra, por outro lado, coincide com o fim daquela época cultural em Inglaterra.

Mesmo assim, o Dicionário não inclui nomes sonantes como Corneille, Calderón de la Barca ou John Milton. A explicação é dada na introdução pelo próprio autor: não se inclui ninguém nascido depois de 1595. Esses aguardam por um Dicionário do século XVII. Trata-se, porém, de um dos casos, em que o rigor metodológico não deveria sacrificar a riqueza do conteúdo.

O rigor metodológico foi aliás substancialmente relativizado no tratamento dos nomes próprios. Não podemos ignorar a complexidade que resulta do tratamento dos nomes próprios, numa época em que as convenções do sobrenome ainda não se haviam imposto de forma homogénea. Parece, por isso, aceitável que Leonardo da Vinci seja *Leonardo da Vinci*, e que Hans von Aachen seja *Aachen, Hans von*. No caso de Espanha é adoptada a convenção de ordenar os nomes pelo patronímico que precede o matronímico final, mas não se entende por que razão Manuel Rodrigues Coelho, compositor português e organista da catedral de Eivas, entra como *Rodrigues Coelho, Manuel*.

Maiores dificuldades derivam certamente do facto de os mesmos governantes terem estado simultaneamente à frente dos destinos da Polónia, da Boémia e da Hungria, o que faz com que o mesmo *Ladislav II* seja também *Vladislav II*, e ainda *Ulászló II*.

O que me parece abusivo é alterar os nomes próprios pela simples razão de a respectiva pronúncia não ser óbvia aos leitores de língua inglesa. Condiciona-

lismos como este geram situações bizarras como *John I*, *John II* e *John III*, reis de Portugal, ao lado de *João de Barros*, ou reis franceses chamados *Françís*, ao lado de duques chamados *François*. Igualmente infeliz é a substituição de Fernão de Magalhães por *Magellan*, *Ferdinand*. Situações como esta destituem a obra da utilidade que poderia ter junto de todos aqueles leitores para quem o inglês á apenas uma segunda língua.

Aspectos como os supra referidos permitem porém acentuar as dificuldades que se colocam ao estudo dos primórdios da Europa moderna, principalmente para uma geração como a nossa, que já perdeu a língua latina como chave comum de comunicação supra nacional. Qual é o leitor que sabe à partida pesquisar *Ksar-el-kebir* em lugar de Alcaccer Quibir, ou *International Law* em lugar de *ius gentium* ou de *droit des gens*?

Independentemente das dificuldades nomeadas, importa saudar a obra pelo esforço de síntese e de interdisciplinaridade. É interessantíssimo encontrar, numa mesma obra, informações sobre Melchor Cano e *Cantus firmus* sobre a Poliglota Complutense ou sobre Guelfos e Gibelinos, sobre o *Siglo de Oro* e sobre o Palatinado, sobre as Guerras de religião e a Guerra dos Trinta anos, sobre questões como Deus, a Justificação e a Graça, ou ainda sobre noções como Coral, Moteto e Madrigal, ou simplesmente Vasco da Gama, ou ainda Livros de Emblemas, Vila Borghese, Ensino do Grego, e tantos outros temas.

O livro pode assim interessar não apenas a especialistas académicos (num campo que, como se vê, exige informações das mais diversas línguas e proveniências) como também ao estudante de qualquer nível académico, ou ao leitor em geral que queira indagar um determinado tópico cultural através de toda a Europa do Renascimento: artigos como "*Cícero* no Renascimento", ou "Séneca no Renascimento", ou "Platão no Renascimento", ou mesmo "Jesus no Renascimento" são extremamente pertinentes e abundantes em toda a obra, e são talvez esses que se revestem de maior mérito, como alicerce para novos trabalhos de especialização e desenvolvimento. Lamentável é o minimalismo dedicado à bibliografia, que é quase sempre insignificante e que não permite assim ao leitor receber uma orientação num eventual desenvolvimento dos seus conhecimentos.

Por fim, o leitor dispõe ainda de quatro apêndices que podem revestir-se de grande utilidade para o público que procure uma visão sinóptica da Europa do Renascimento: tabelas com as diversas casas reinantes na Europa (pp. 833-845), uma tabela com a lista de topónimos de impressores antigos (p. 846-854), as datas em que os diversos territórios da Europa adoptaram o calendário gregoriano (p. 855-856) e finalmente uma lista das principais abreviaturas usadas nos caracteres gregos do Renascimento (p.857-862). A enriquecer ainda o Dicionário, mais de cem gravuras a preto e branco, entre as mais significativas da cultura do Renascimento, bem como uma lista temática de entradas, que dá desde logo ao leitor uma ampla ideia da variedade dos temas abordados.

Por fim uma palavra sobre o tratamento dado a Portugal e Espanha, cujo consultor responsável foi Jeremy Lawrence. Se a Espanha é objecto de um grande desenvolvimento, de acordo com as intenções de Gordon Campbell, por não existir em língua inglesa bibliografia proporcional à sua importância (p. vii), se o mesmo acontece em relação a outros lugares cujas línguas são estranhas aos falantes de língua inglesa (como os Países Baixos, a Escandinávia e a Europa de Leste) é caso para perguntar — o que aconteceu com Portugal?

Uma consulta ao índice Temático obriga-nos a impor sérias reservas ao conhecimento da cultura portuguesa. Sob a epígrafe "Humanistas" (portugueses) encontram-se apenas João de Barros, António Ferreira e Damião de Góis. É certo que devemos ainda percorrer os "historiadores", os "Juristas" (mas como adivinhar que António de Gouveia é *Antoine Goveá* ?) bem como os "Filósofos" e os "Poetas", entre outros.

Se consultarmos a epígrafe "Exploradores, navegadores e marinheiros" a lista de Portugal estende-se consideravelmente. Louvável e cuidadosa é também a atenção dada a músicos, compositores, organistas e mestres de capela. Mas é inexplicável a ausência de Cataldo Parisio Siculo, de Nicolau Clenardo, de Jerónimo Osório, Diogo de Teive, André de Gouveia, embora estejam presentes George Buchanan e Marc Antoine Muret.

Também estão presentes Francisco Suarez e Pedro da Fonseca, mas Manuel Alvares e Cipriano Soares são ignorados. O mesmo acontece com André de Resende, embora se registre Garcia de Resende. O Dicionário conhece Fr. Manuel Cardoso e Francisco de Moraes, mas desconhece Jerónimo Cardoso e Inácio de Morais.

Restrições como estas levam-me pois a afirmar que o espaço reservado à cultura portuguesa é manifestamente insuficiente, e parece desconhecer por completo a principal produção bibliográfica do Humanismo português das últimas décadas, nomeadamente a bibliografia do Humanismo e da Literatura Neolatina em Portugal. Insularidade? Lusitana ou Britânica?

Pelo contrário, autor e consultor terão prestado atenção somente àquelas áreas que mais cedo se afirmaram no mercado editorial europeu: os Descobrimientos portugueses e, em parte, a música portuguesa do período áureo. Continuam pois desconhecidas figuras importantes no mundo intelectual português, como Francisco Sanches, João Fernandes, Diogo Pires, Amato Lusitano, Inácio de Morais, Luisa de Sigeia, o Infante Dom Pedro, Henrique Caiado, Luís da Cruz, Diogo de Paiva de Andrade, Aquiles Estaço, para me referir apenas àquelas figuras que no seu tempo alcançaram maior notoriedade na Europa.

Aqui fica pois um apelo ao nosso mercado editorial e aos nossos livreiros, para que invistam na distribuição e na tradução das suas publicações, e assim se cumpra a integração plena de Portugal na Europa.

Margarida Miranda